

A criação dos SIR, a adequação da lei dos casinos, a interpelação sobre o a pobreza e o debate sobre emprego, para além de um inquérito parlamentar para apurar as razões que levaram à demissão de Paulo Monteiro da Cabo Verde Investimentos, foram alguns temas que dominaram a sessão de Abril da Assembleia Nacional. Uma plenária que passa à história, sobretudo, por causa da forma como as forças políticas se posicionaram em relação aos SIR.



Parlamento cria SIR, discute pobreza e emprego

Cabo Verde passa a ter, doravante, os seus Serviços de Informação da República, SIR, um organismo com o qual o governo pretende combater a criminalidade organizada, o branqueamento de capitais, o terrorismo internacional e outros fenómenos que, de algum modo, ponham em causa a segurança do Estado cabo-verdiano. O diploma que institui os SIR foi aprovado com os votos do PAICV e do PTS, enquanto o MpD votou contra e o PCD se absteve.

O fantasma da polícia política, que vinha ensombrando esta iniciativa desde que a possibilidade da sua criação foi assumida por este governo, veio, de novo, ao de cima no momento da votação final do diploma que institui os SIR. O MpD entendeu que não lhe foram dadas garantias suficientes para subscrever o diploma. Esse partido, note-se, defende que os agentes da antiga Segurança não devem integrar os SIR e tão-pouco os cidadãos nacionais devem ser investigados por esse organismo. Em declaração de voto, Agostinho Lopes prometeu, caso for governo em 2006, adequar a lei às preocupações ora apresentadas pelo seu partido.

Assumindo-se também preocupado com o "fantasma da polícia política", o deputado do PCD, Felisberto Cardoso, justificou a sua

abstenção com o facto de não ter ficado suficientemente convencido que determinadas práticas ocorridas no tempo do partido único não voltarão a repetir-se em Cabo Verde. Ainda assim, decidiu dar o benefício da dúvida abstendo-se na votação final.

Posição diferente tiveram o PAICV e o PTS, este pela voz do seu deputado Jorge Silva, para quem urge criar uma entidade do género que zele pela segurança dos cidadãos e do Estado, à semelhança do que acontece noutras paragens, sobretudo numa altura em que tanto se fala do avanço da grande criminalidade em Cabo Verde. José Manuel Andrade, do PAICV, salientou, por seu turno, que o SIR vai trabalhar dentro da legalidade e defesa do Estado de Direito, mediante a fiscalização da judicía e da Assembleia Nacional.

Menos polémica, em termos legislativos, foi a aprovação da lei que, na prática, adequa o regime jurídico da exploração dos jogos de fortuna e de azar, bem como o diploma que regula, doravante em Cabo Verde, a resolução de conflitos pela via da arbitragem. Os dois diplomas foram aprovados de forma unânime pelas forças políticas com assento parlamentar.

Esta plenária foi ainda preenchida com a interpelação do PAICV ao programa de luta

contra a pobreza, que vem sendo desenvolvido pelo governo, e também pelo o debate agendado pelo MpD sobre o emprego e o desemprego. Esses dois momentos serviram, na prática, para a oposição e a situação esgrimirem as suas habituais posições políticas e ideológicas em torno desses dois temas. No primeiro caso, o MpD acusou o PAICV de insensibilidade social, tendo o desemprego, na sua opinião, aumentado nestes 4,5 anos de mandato para valores acima dos 30%, sobretudo no meio rural.

O PAICV e o governo, por seu lado, trataram de refutar os dados e a apreciação feita pelo principal partido da oposição, dando conta dos projectos em curso nas mais diversas áreas e que têm contribuído para mitigar o problema do desemprego em Cabo Verde. Ao contrário da oposição, para quem o sentimento das pessoas é que o desemprego está a crescer, a situação entende haver hoje maior oferta de emprego, facto visível na procura de Cabo Verde por imigrantes da Costa Africana, cuja presença nas grandes obras em curso no país é incontornável. Em termos de números, o governo, através do ministro Sidónio Monteiro, disse acreditar que a taxa de desemprego se situa abaixo dos 16%.

O debate sobre o emprego acabou por

contar com a intervenção de Agostinho Lopes e do primeiro-ministro José Maria Neves. Isso aconteceu já no período do encerramento do debate, momento que serviu para os dois políticos repisarem, em grande parte, os argumentos até aí aduzidos pelas respectivas hostes. JMN tirou da manga a notícia em primeira mão que lhe fora transmitida na véspera pelos responsáveis do MCC de que a assinatura do MCA cabo-verdiano pode ser antecipada. Algo que só acontece, segundo o primeiro-ministro, graças ao bom desempenho deste governo em matéria de política económica e não só.

Esta sessão parlamentar ficou ainda marcada pela celeuma em torno da demissão de Paulo Monteiro da Cabo Verde Investimentos. Através de Ulisses Correia e Silva, o MpD retomou em declaração política as suspeições surgidas em torno desse episódio, requerendo por isso um inquérito parlamentar para averiguar as verdadeiras razões que estiveram por trás do afastamento daquele gestor da CI. Em resposta falou, entre outros, o ministro da Economia, João Pereira Silva, para quem o MpD está à procura de um escândalo para animar as suas hostes, concluindo que em matéria de transparência este governo não tem lições a receber dos ventoinhas. JVL



Neves em Portugal, com Europa na bagagem

O primeiro-ministro efectua na próxima semana uma visita de carácter privado a Portugal. Em Lisboa José Maria Neves participa numa conferência empresarial e encontrar-se-á com autoridades portuguesas. Mas também com o 'lobby' que está a defender e promover a integração de Cabo Verde na Europa.

O primeiro-ministro desloca-se na próxima quarta-feira, 04, a Portugal para uma visita privada. No dia seguinte intervirá, em Lisboa, numa conferência promovida pelo "Diário Económico", na qual participam especialistas de várias áreas ligadas ao mundo empresarial e político de Portugal, e não só.

Durante a sua estada em Portugal, José Maria Neves manterá diversos contactos com as autoridades desse país e do seu mundo empresarial. O primeiro-ministro José Sócrates, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, e o ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa, são algumas delas.

Num outro nível, JMN vai também manter encontros com a cúpula de alguns dos mais importantes bancos portugueses, interessados em investir em Cabo Verde: o Banco Espírito Santo, cujo chefe, Ricardo Melo, efectuou na semana passada uma visita (discreta) a Cabo Verde, percorrendo e sobrevoando no seu jacto privado algumas ilhas deste arquipélago; o Banco Português de Negócios e o Banco Comercial Português.

Algumas dessas instituições financeiras, especialmente o BES, já estão em Cabo Verde através do financiamento de algumas das mais importantes infra-estruturas serem construídas no país. O BPN, por seu turno, já está a funcionar em sistema "off shore", podendo vir a fazer o mesmo a nível do "in shore".

Além desses contactos políticos e empresariais, José Maria Neves tem igualmente agendado um encontro com os principais promotores da integração de Cabo Verde na Europa: o ex-presidente Mário Soares, o professor Adriano Moreira e o general Silvino Silvério Marques, este um empresário da construção civil que já foi governador de Cabo Verde nos anos 60. Neste encontro a questão das relações entre Praia e Bruxelas deverá, obviamente, ocupar o centro do diálogo entre os quatro. Os três senadores portugueses deverão, certamente, fazer a JMN o ponto da situação da recolha de assinaturas da petição lançada há cerca de um mês pelo grupo a favor da adesão deste arquipélago à União Europeia.

JOÃO BAPTISTA

troca governo por Picos

O secretário de Estado-adjunto do primeiro-ministro, João Baptista Pereira, vai deixar o governo. Ele aceitou o convite do ministro da Administração Interna para presidir a Comissão Instaladora do recém-criado município de São Salvador do Mundo, donde é natural. A saída de Pereira do executivo poderá alterar, ainda que ligeiramente, a composição da actual equipa governamental. Este e os demais processos relativos à instalação dos restantes novos municípios deverão ser, brevemente, encamianhados ao Conselho de Ministros, para aprovação.



O ministro da Administração Interna, Júlio Correia, tem já na sua posse a relação das Comissões Instaladoras para os recém-criados municípios de São Salvador do Mundo, Ribeira Grande de Santiago, São Lourenço dos Órgãos e Tarrafal de São Nicolau. Por consensualizar resta apenas a CI de Santa Catarina, na ilha do Fogo.

Mas a grande novidade em tudo isso vem do convite endereçado ao actual secretário de Estado-adjunto do primeiro-ministro para presidir a Comissão Instaladora do Município de São Salvador do Mundo, nos Picos, ilha de Santiago. João Baptista Pereira já aceitou a proposta de Júlio Correia para chefiar a CI da novel autarquia, donde é natural. Esta decisão de Pereira vai implicar a sua saída do executivo, o que, a efectivar-se, irá provocar algum reajuste na equipa governamental. Ou seja, José Maria Neves será obrigado a encontrar uma solução ou um substituto para a pasta da Comunicação Social e Presidência do Conselho de Ministros, que até esta vêm sendo asseguradas por Baptista Pereira.

Pelo que apurámos, tem havido alguma movimentação das bases do PAICV nos Picos para João Baptista Pereira assumir tal cargo. JBP é natural dos Picos, freguesia de Nosso Senhor do Mundo, que até ultimamente integrava o concelho de Santa Catarina. Licenciado em Direito, ele conheceu uma rápida ascensão na política: de deputado nacional pelo círculo eleitoral de Santa Catarina nesta legislatura, foi convidado, na sequência da última remodelação governamental, a integrar o presente executivo, assumindo o cargo de secretário de Estado-adjunto do primeiro-ministro, sendo igualmente o porta-voz oficial do governo. Pereira é tam-

bém um dos membros mais jovens do actual governo de José Maria Neves. Por causa disso e da sua combatividade política, vem ganhando simpatias no interior de Santiago, principalmente junto aos jovens dos Picos e de Santa Catarina, em geral.

José Gomes da Veiga, coronel das Forças Armadas na reforma, é um outro convidado de peso de Júlio Correia, para chefiar a Comissão Instaladora do município da Ribeira Grande de Santiago. Embora tenha nascido nos Órgãos, ele cresceu e casou-se na Cidade Velha, onde ainda vive com a família e labuta com amigos e pessoas de suas relações para promover e fazer desenvolver aquela localidade. Mantém, desde pequeno, fortes relações com a comunidade católica local, nomeadamente com o célebre Padre Campos. Gomes da Veiga já aceitou a proposta do governo.

Com experiências em várias áreas, José Gomes da Veiga é muito conhecido na Cidade Velha. Nas FA, donde há poucos anos passou à reforma antecipada com o posto de coronel, exerceu altas funções, com destaque para as de Inspector-Geral. Em termos políticos, foi, por muito tempo, o secretário-geral da extinta JAAC-CV, a antiga organização juvenil do PAICV. Gomes é actualmente professor e coordenador da disciplina de Matemática do 3º Ciclo no Liceu Constantino Semedo, Praia. Depois de obter o grau de bacharel, acaba agora de concluir a licenciatura em matemática, faltando-lhe apenas defender a monografia da sua tese.

A CI do município de Tarrafal de São Nicolau já tem também o seu presidente. A escolha recaiu em António Soares, actual director-geral do Património do Estado, que já aceitou o convite formulado nesse sentido pelo governo. Licenciado em economia, Soares é natural da Praia Branca. Conhecedor dos meandros da administração autárquica, Soares foi secretário municipal da Câmara do Sal, no consulado de Basílio Mosso Ramos. Encabeçou, nas últimas eleições autárquicas, a lista do PAICV à Câmara de S. Nicolau, mas foi derrotado por, Amílcar Spencer Lopes.

O governo acaba, por outro lado, de en-

contrar uma figura para dirigir a CI do município de São Lourenço dos Órgãos. Trata-se de Victor Baessa, deputado da nação pelas listas do PAICV e actual presidente da Assembleia Municipal de Santa Cruz. Baessa já deu o seu sim ao convite do governo. Engenheiro electrotécnico de profissão, o mesmo é natural dos Órgãos e oriundo de uma família com forte formação cristã. Daí, segundo as nossas fontes, as suas conhecidas relações de amizade com os padres locais.

De acordo com as mesmas fontes, falta apenas consensualizar o nome daquele que deverá chefiar a Comissão Instaladora da autarquia de Santa Catarina, na ilha do Fogo. Mas este processo deverá, conforme envolvidos nesse "dossier", ser concluído nos próximos dias. É que as propostas sobre os presidentes das CIs e demais integrantes deverão seguir, brevemente, para o Conselho de Ministros para homologação.

O ministro da Administração Interna fundamenta que na selecção dos membros das comissões instaladoras dos novos municípios o governo apostou, sobretudo, na idoneidade, competência e capacidade de gestão dos escolhidos. "Vamos constituir grandes equipas para todos os municípios recém-criados. As CIs incluem nomes sonantes de cada um dos concelhos. E todos eles têm capacidade de gestão, notoriedade e experiência política, bem como uma ampla base de apoio nos seus respectivos territórios. Penso que os cinco novos municípios vão ganhar com isso", perspectiva Júlio Correia, que diz esperar o empenhamento e apoio de todos os partidos políticos na instalação das novas autarquias.

De salientar que foi em Fevereiro deste ano que a AN aprovou a lei, ainda por publicar, que cria os cinco novos municípios. O diploma estipula um prazo de 90 dias, após a sua publicação, para a nomeação das respectivas comissões instaladoras, devendo a composição destas reflectir os resultados eleitorais das últimas eleições autárquicas. Mas compete ao governo nomear, dentre os membros das CIs, o presidente de cada uma delas.

Alirio Dias de Pina

Actualidade

Sexta-feira, 29 de Abril de 2005

Remodelação à vista?

A saída de João Baptista Pereira poderá provocar uma mudança, ainda que ligeira, na actual composição do elenco governamental. Fontes do Palácio da Várzea adiantaram a este jornal que José Maria Neves poderá chamar alguém da sua confiança para substituir o actual porta-voz do governo ou então procurar, dentro do próprio executivo, algum elemento para acumular as funções

actualmente exercidas por João Baptista Pereira, ou seja, a Comunicação Social e a Presidência do Conselho de Ministros.

Além de constituir uma surpresa, a saída de João Baptista Pereira do governo é vista como um desafio àquele jovem governante, cujo espírito de missão e combatividade é reconhecido pelos seus pares do Palácio da Várzea. De todo o modo, a sua sa-

ída vem, uma vez mais, deixar a nu a instabilidade institucional que tem afectado o sector da comunicação social nesta governação. Nestes quatro anos e meio de mandato, a pasta passou já pelas mãos de Jorge Tolentino, Arnaldo Andrade e João Baptista Pereira. Um facto que não tem deixado de ter consequências na vida desse importante sector da vida cabo-verdiana.

MPD E AS LEGISLATIVAS 2006

Os ex-autarcas Jorge Santos e Joel Barros são as duas figuras mais bem posicionadas para encabeçar as listas do MpD às próximas eleições legislativas nos concelhos da Ribeira Grande e do Porto Novo, respectivamente. São ambos dirigentes que se enquadram no perfil preferido pelas estruturas de base: residem na ilha de Santo Antão e conhecem com alguma propriedade os problemas dos referidos municípios. No entanto, a última palavra cabe à Direcção Nacional daquele partido.

Por: JOÃO ALMEIDA MEDINA



Propostas para cabeças-de-lista em São Antão

O primeiro sinal vem do Porto Novo, onde a estrutura regional eleita já deixou bem claro que não quer como cabeça-de-lista "uma pessoa que há muito esteja afastada da realidade do município e só se desloca ao concelho em tempos de eleições". Os dirigentes locais preferem uma figura que, resida em Santo Antão, conheça os

problemas do concelho e tenha mantido contacto com a população portonovense ao longo dos anos.

Um perfil que assenta bem ao ex-autarca do Porto Novo, Joel Barros, aliás uma figura que reúne largos consensos, pelo menos dentro da comissão política regional. Confrontado com essa hipótese, o co-

ordenador local, Osvaldino Silva, reconhece que Barros é uma das pessoas "bem posicionadas, porém quem tem a última palavra neste caso é a Direcção Nacional".

Osvaldino Silva é mais categórico quando afirma que "não exclui ninguém dessa corrida, mas defendo que se deve apostar mais nos recursos internos, em pessoas interessadas nas dificuldades do Porto Novo". Dessa forma, aquele dirigente torce o nariz à possibilidade do deputado António Santos, residente em São Vicente, continuar a representar Porto Novo na Assembleia Nacional, como eleito nas listas do MpD. Parece claro, outrossim, que todos os restantes componentes da equipa ventoinha concorrente às próximas legislativas pelo círculo eleitoral de Porto Novo devem "ser prata da casa", excepção feita unicamente ao cabeça de lista.

Idêntica posição é defendida por alguns dirigentes ventoinhas na Ribeira Grande. Ao que tudo indica, alguns sectores locais não têm apreciado particularmente a actividade parlamentar do anterior cabeça-de-lista por aquele círculo eleitoral, António Jorge Delgado, e querem mudar de rosto nas próximas legislativas. "Não faz sentido apostarmos numa pessoa que há largos anos vive fora do Município da Ribeira Grande. Temos aqui gente com o perfil ideal para ser uma voz activa na Assembleia; e um deles é Jorge Santos", refere um militante do MpD.

É evidente, aliás, o mal-estar que a proposta de António Jorge Delgado de criar o município Nossa Senhora do Rosário causou no seio dos ventoinhas da Ribeira Grande. Quanto mais seja porque, para alguns, trata-se de "um projecto irrealista a todos os níveis". Numa altura em que os municípios existentes, sublinha Jorge Santos, atravessam "uma situação de falência técnica e financeira, propor a criação de mais municípios não deve acolher o apoio de ninguém".

Por outro lado, essa proposta cria um problema de "descontinuidade territorial" naquela zona, já que, por causa da configuração rodoviária, o centro do hipotético concelho de Nossa Senhora do Rosário fi-

caria entre a vila da Ponta do Sol, sede administrativa do actual concelho, e as restantes duas freguesias que se quer integrar nesse município, "um contrasenso de todo o tamanho" comentam os colegas de partido de António Jorge Delgado e por muitos ribeira-grandenses que refutam literalmente a ideia de mais um município na Ribeira Grande.

E em toda essa discussão, fica evidente que a campanha contra Delgado ultrapassa os contornos do município que quer criar chegando mais longe, a lista para as legislativas.

E há observadores políticos na Ribeira que já vêm essa campanha anti-Delgado, uma forma de retirar pontos ao até agora cabeça de lista contabilizando-os a favor de um outro candidato, Jorge Santos apontando há muito como aquele que reúne a preferência dos militantes. E, entre estes, há quem pareçam disposto a bater-se pela ideia de que todos os restantes candidatos sejam também residentes na Ribeira Grande, excluindo assim Delgado da corrida.

Para o Paul, o MpD deve manter a deputada Orlanda Ferreira como cabeça-de-lista. Ainda não há uma discussão aprofundada sobre este assunto mas, por ora, não se vislumbra outro cenário.

Eleições de coordenadores

Entretanto, dois candidatos se perfilam para disputar a coordenação do MpD no Paul, num escrutínio previsto para o próximo dia 8 de Maio. O militante João Sousa, chefe do serviço de saneamento da CMP, já assumiu a sua candidatura ao cargo e deverá ter como adversário Graciano Fernandes Reis, funcionário das Finanças.

Uma semana após a definição do novo coordenador, será eleita a comissão política regional que vai preparar o partido para as próximas eleições legislativas.

Na Ribeira Grande, esse processo está mais atrasado e a eleição do novo coordenador só deverá acontecer entre os dias 28 de Maio e 4 de Junho. Por enquanto, apenas Francisco Dias manifestou publicamente a sua intenção de se candidatar ao cargo.



Soproyinf Lda

Conquistando o Mundo da Informática



Na compra do seu computador

VANTAGENS

Prático e fácil:

- ✓ Compre seu computador já com contrato internet grátis e pronto a usar.

Garantia:

- ✓ Assistência técnica personalizada pela SOPROYINF/CVTELECOM.

Pagamento:

- ✓ Em prestações.

OFERTA

Contrato Internet

GRÁTIS

Uma parceria com a CVTELECOM

Contacte a SOPROYINF,Lda
Tel:2623613/1999;TelFax:2623909
Filial Plateau TelFax:2619661

Sede Achada StoAntónio, em frente Liceu Pedro Gomes
E-mail: soproyinf-com@cvtelecom.cv
Filial Assomada :TelFax :2651940

Presos os “matadores” da Praia

À hora do fecho desta edição o juiz do 1º Juízo Crime do Tribunal da Praia, Manuel Lopes, ouvia ainda os acusados Zifa e Giboli, alegados autores dos últimos homicídios ocorridos na capital. Após alguns meses de investigação, a Polícia Judiciária deteve, na quarta-feira, esses dois repatriados dos Estados Unidos, na posse de armamentos que entendidos afirmam ser de guerra.

Um aparato policial como há muito não se via por estas bandas, e uma pequena multidão de curiosos, alguns a gritar “é pa mata” e “assassinos”, era o cenário que aguardava os presumíveis “matadores” da Praia, à frente do Tribunal da Comarca da Praia, ontem de manhã. Até ao fecho desta edição, no final do dia, de ontem Manuel Lopes, em substituição da juíza do 3º juízo crime, continuava a analisar o dossier de acusação apresentado pela Polícia Judiciária, antes de decidir pela legalização ou não da prisão de Zifa, 29 anos, e do jogador da selecção cabo-verdiana de basquetebol, Giboli, 22 anos. Porém, fontes do Tribunal davam como quase certa a confirmação da prisão dos dois indivíduos.

A confirmação da prisão poderá significar se não a solução dos crimes violentos que nos últimos tempos tomam conta da cidade, pelo menos mostrar que a PJ está no encalço dos “criminosos”, prendendo já dois dos seus importantes cabeçilhas. Muitos praienses que se postaram à frente do Tribunal para ver “se era verdade” o que há uns dias vinha circulando como boato, clamavam por justiça e pediam a punição desses pretensos criminosos que, semana sim, semana não, lembravam aos moradores da capital que assassinos ousados andavam à solta, pouco se importando com as autoridades policiais. E o começo do fim desta impunidade, ao que se presume, deve ter culminado com a detenção dos dois suspeitos, um na sua residência em Achada de Santo António e o outro num conhecido hotel da Praia, onde há cerca de um mês ocupava uma suite cuja diária anda à volta de 15 mil escudos. Tanto em Achada de Santo António como no hotel, a PJ encontrou munições, dinheiro e armas de todo o

tipo, desde pistolas a metralhadoras de alto calibre, “algumas até consideradas como armamento de guerra”.

As nossas fontes, interpretam o facto de Zifa morar num dos melhores hotéis da capital uma carta de mestre para despistar tanto a polícia como os seus “numerosos” inimigos. E foi precisamente debaixo do colchão da cama do hotel que a PJ encontrou munições e armas que os seus agentes desconfiam ter ceifado a vida de Gui, Dany Mercano, Hermínio e Tulá, todos na Praia. Entendidos na matéria consideram mesmo que os dois detidos estavam na posse de “armamentos de guerra”, entre os quais uma arma de calibre 9 mm cujas balas foram encontradas no corpo das vítimas de Palmarejo e da Cidadela.

HOMICÍDIOS

Se se confirmar a prisão preventiva dos dois indivíduos, estes terão de responder pela morte de Gui e Dany Mercano, a 26 de Março na Cidadela e na lixeira da Praia. Esses dois repatriados dos Estados Unidos foram encontrados com os corpos crivados de bala.

Dias depois, mais precisamente a 11 de Abril, Hermínio Almeida, um alegado traficante, ao receber uma chamada num conhecido bar de Palmarejo, dirigiu-se de seguida à porta da saída. Ali dois homens armados e encapuçados o esperavam. Quatro balas de uma pistola 9 mm acabariam também por o matar.

O último crime, de que são suspeitos os dois indivíduos apresentados ontem pela PJ, aconteceu há precisamente uma semana, a poucos metros da 1ª esquadra da polícia situada em Achada de Santo António, Praia. A vítima Carlos Alberto Teixeira, mais conhecido por Tulá,



de 27 anos, era um taxista que, depois de vários anos a viver nos Estados Unidos regressou a Cabo Verde há dois anos.

Segundo vizinhos de Tulá, eram cerca das 3 horas da madrugada quando ouviram os gritos de “não, não, não”, e, de seguida, os tiros que o acabariam por matar. Três acertaram-lhe o coração enquanto o quarto, também de uma pistola 9 mm, alojou-se numa das pernas da vítima. Um sinal de que o assassino não era um principiante nesse tipo de acção, mas sim um “matador” profissional.

O mais intrigante neste caso foi que, tendo sido Tulá morto dentro da sua casa, não havia qualquer sinal de arrombamento na porta de entrada da casa, apenas a porta do quarto onde dormia foi arrombada. Este detalhe leva fontes deste jornal a acreditar que a vítima conhecia o seu assassino. Entretanto, é de se realçar que Tulá era primo do repatriado também morto, no mês passado, na Cidadela, Palmarejo. E este, segundo as nossas fontes, hospedava-se na casa dele sempre que se deslocava da ilha do Fogo para a Praia.

Esses crimes, cujo “mobi” aponta, segundo fontes policiais, a “quei-

ma de arquivos” levam todos a Zifa, o presumível chefe que comandava ou mandava executar todas as operações de “ajuste de contas” acontecidas de há uns anos a esta parte na cidade da Praia. Daí muitos observadores considerarem que com essas duas prisões poderão ser esclarecidos crimes e assassinatos até agora sem solução, mesmo assassinatos acontecidos há mais de dois anos.

De referir que, ontem, à mesma hora, a PJ apresentou um terceiro indivíduo ao juiz, mas este por tentativa de homicídio. Portanto, sem relação aparente com os alegados crimes perpetrados por Zifa e Giboli.

Entretanto, no mesmo dia, e enquanto Zita e Giboli eram julgados, saía um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que dava por finda a prisão preventiva de Black, o até agora tido como o homem que baleou o Procurador da República, Arlindo Figueiredo. O Supremo decidiu estabelecer termo de caução, de identificação e residência a Black, por considerar insuficientes as razões apresentadas para aplicar essa medida de excepção, que é a prisão preventiva. O acórdão teve o voto vencido do juiz Raul Querido Varela.

Mudar de vida, cont

Por: PEDRO MIGUEL CARDOSO

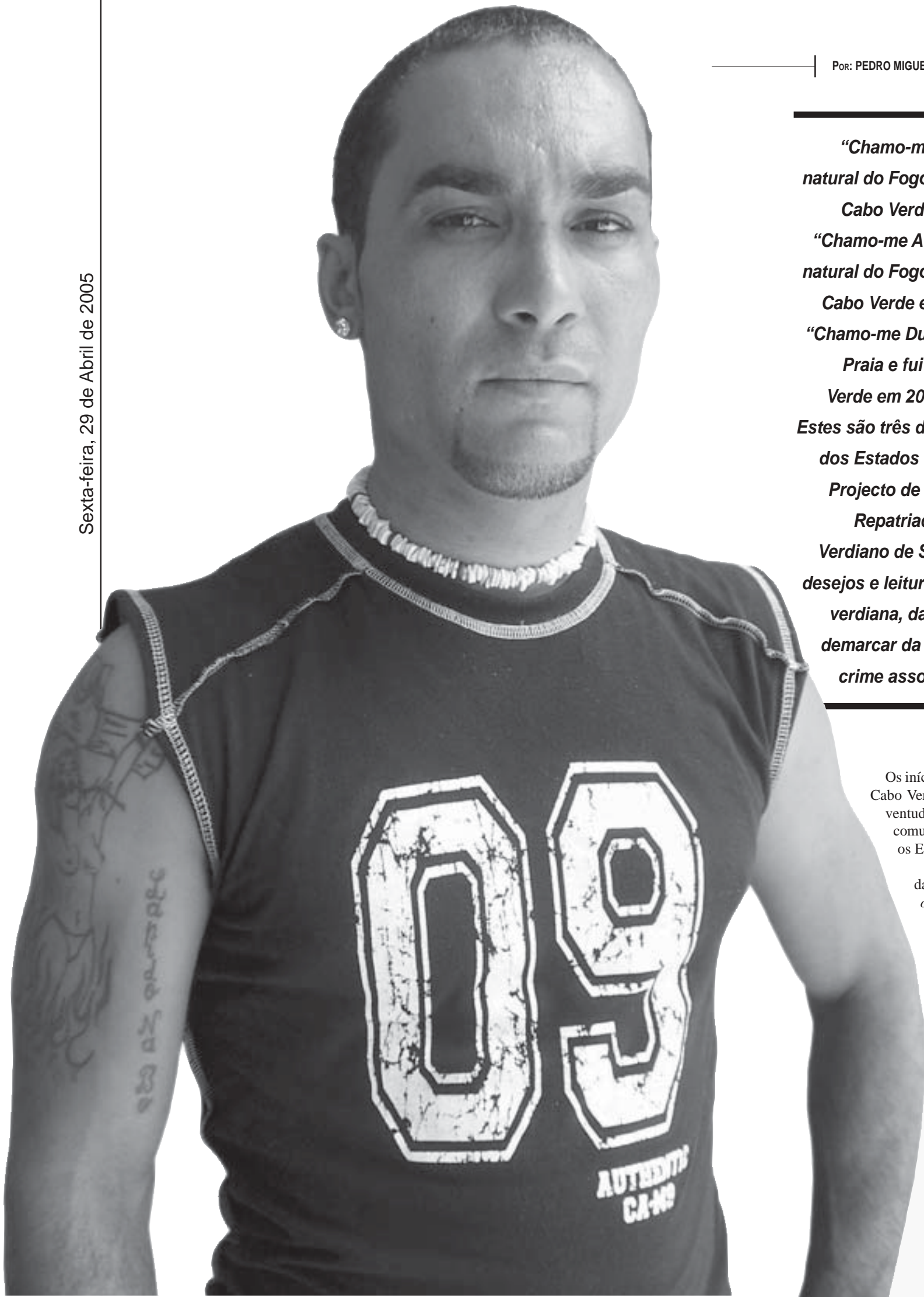
“Chamo-me Jorge, só Jorge, sou natural do Fogo e fui extraditado para Cabo Verde em Agosto de 2002”.
“Chamo-me António Fernandes, sou natural do Fogo e fui extraditado para Cabo Verde em Janeiro deste ano”.
“Chamo-me Dulcineia, sou natural da Praia e fui extraditada para Cabo Verde em 2002”. E a lista continua.
Estes são três dos 65 jovens expulsos dos Estados Unidos, já inscritos no Projecto de Reinserção Social dos Repatriados, do Instituto Cabo-Verdiano de Solidariedade (ICS). Os desejos e leituras da sociedade cabo-verdiana, daqueles que se querem demarcar da imagem de violência e crime associada aos repatriados.

Os inícios são praticamente iguais. Nasceram em Cabo Verde, onde viveram parte da infância e juventude. Um dia, no cumprimento desse destino comum a tantos cabo-verdianos, emigraram para os Estados Unidos da América.

Dulcineia Barbosa lembra-se do impacto da chegada a Boston, esse “bicho enorme onde tudo era estranho”. Era então uma menina de sete anos vinda da Praia, “com aspecto diferente, que falava outra língua, pensava de forma diferente”. Uma “confusão enorme” que a terá obrigado a

Quase três meses depois do lançamento, o projecto de Reinserção Social dos Repatriados vive um impasse. As obras de requalificação do edifício de S. Jorginho, onde vão decorrer as acções com os deportados, são mais complicadas e custosas do que inicialmente previsto. Três mil contos é o valor necessário para a conclusão dos trabalhos. Uma quantia que Nilda Fernandes, presidente do ICS, está a tentar desbloquear junto do Ga-

Sexta-feira, 29 de Abril de 2005



Jorge é uma voz crítica do Projecto de Reinserção Social dos Repatriados, do ICS

ra a estigmatização

“aprender a ser americana, esquecer o que era antes”.

Esta desestruturação “é realmente dura e na maior parte das vezes dá para o torto”, diz António Fernandes. Este repatriado, que residia também em Boston, garante que “uma pessoa que sai de um sítio onde tem pouco e encontra uma sociedade que oferece tudo perde-se facilmente, se não tiver o apoio de alguém”.

Entre altos e baixos de quem cresce em terra estranha, a vida foi avançando. Até um dia em que algo correu mal.

Os três entrevistados do **A Semana** garantem que nunca tiveram qualquer relação com o crime nem com o mundo da violência. Os factos que estiveram na origem da deportação foram, afirmam, infelizes mal-entendidos. Todos eles curiosamente relacionados com amores mal sucedidos.

Enquanto António Fernandes foi acusado por uma antiga companheira de violação de uma menor, Dulcineia Barbosa agrediu a prima da amante do seu companheiro. Por sua vez, Jorge foi traído por uma antiga namorada, e apanhado com uma arma de fogo sem licença. Situações que os três repatriados garantem ser “injustas”.

António Fernandes afirma que “a acusação de violação não tinha fundamento, como ficou provado na análise hospitalar à criança”. No entanto, como o seu advogado não teria experiência em processos criminais acabou por ser “mal defendido”, garante. Dois anos e sete meses foi o tempo total que este gestor de empresas esteve encarcerado.

Entre a pena e o período de extradição, Dulcineia Barbosa esteve presa durante 3 anos e 4 meses. “Uma pena sem sentido, porque eu estava a ser constantemente provocada pela família dessa amante, estava apenas a defender-me”, assegura.

Por sua vez, Jorge justifica o porte da arma com a sua profissão de taxista. “Andava armado porque fazia as corridas nocturnas e já tinha sido assaltado. Tinha a arma apenas para me defender. Negligencieei a licença, é certo, mas nada mais”. Resultado: um ano de prisão, mais quatro meses na “Immigration”.

Ao cumprimento das penas, seguiu-se, então, a extradição para Cabo Verde.

“Quem nunca pecou que atire a primeira pedra”

“Eu estava excitada por vir para Cabo Verde. Gostava do país e sabia que a partir daquele momento não ia estar mais na prisão”, conta Dulcineia Barbosa. No entanto, a recepção é difícil, assegura: “Quando chegamos ao Sal, ficamos por nossa conta e risco. Quem não tem contactos fica numa situação complicada. Para muitos, as coisas começam a correr mal logo aí”.

Embora tenha tido o apoio da família, a agora funcionária de um bar da Praia afirma que a violência do choque equiparou-se à sentida quando chegou aos EUA. Motivo: “a estigmatização”. “O que nos acontece nos EUA, onde gozamos connosco, apontam-nos por sermos diferentes e falarmos mal a língua, acontece novamente à chegada a Cabo Verde”, conta.

Uma atitude à qual Jorge acrescenta a rotulagem “da palavra repatriado na testa, o que nos faz desde logo criminosos de alto risco, quer o sejamos ou não”. “Nós vivemos nos EUA, não frequentamos uma escola de terrorismo!”, insurge-se.

Como afirma Dulcineia Barbosa, “a maior parte dos deportados comete crimes ou actos que são prática comum em Cabo Verde, como a agressão ou violência doméstica, e que muitas vezes passam impunemente”. Esta repatriada ou “DP” (deported), como se tratam entre si, afirma que a grande diferença reside na maior “severidade” do sistema judicial norte-americano em relação ao cabo-verdiano. “A violência do sistema nos EUA é tal, que nem se importaram em saber como ficaria a situação do meu filho, uma vez que o pai também já tinha sido deportado”, conta. Segundo a repatriada, se os seus pais que ainda vivem nos EUA “não tivessem possibilidade de sustentar a criança, ela estaria numa situação difícil, porque até hoje nunca lhe prestaram qualquer apoio social”.

No entanto, circulam livremente na sociedade cabo-verdiana os repatriados que foram expulsos por crimes violentos. Atento a essa situação, António Fernandes defende que “deveria ser feito um rastreio dos deportados no Sal, para se saber que tipo de acompanhamento deveria ser dado a cada um dos casos”. “É claro que essas pessoas perigosas deveriam ser controladas de alguma forma, porque é verdade que constituem um risco”, afirma.

Os entrevistados pelo **A Semana** garantem também que a falta de oportunidades em Cabo Verde pode estimular a associação à vida criminosa. Segundo Jorge, “nós crescemos num país que é a primeira potência mundial e chegamos a um Cabo Verde que nos fecha portas”. “Os que não têm nenhum apoio têm que sobreviver de alguma forma, e por isso vão para a rua, ou metem-se na droga e nos assaltos à mão armada. O mundo é uma selva. O que vou fazer para ir dormir sem fome?”, questiona.

O que esperam do projecto?

“Ajuda!” Resposta rápida de Dulcineia Barbosa. Como afirma, “o ICS contactou-me quando estava na Brava. Impressionou-me o empenhamento e entusiasmo deles em levar adiante este projecto”. Uma ajuda que está já a ser

efectivada. “Há um mês vim para a Praia porque era maltratada pelo meu namorado e foi a Mizé (coordenadora do projecto) que me ajudou quando cá cheguei, principalmente através de apoio moral”.

É exactamente esta vertente emocional que a jovem considera mais importante no projecto do ICS. “Chegamos aqui sem nenhum contacto, sem nenhum amigo a quem telefonar, e é importante este trabalho porque sentimos que há alguém que realmente se preocupa connosco”.

Por seu lado, Jorge não está tão optimista quanto aos resultados do programa. Segundo o mesmo, “para os repatriados que já estão minimamente inseridos na sociedade, como eu, este programa não vai resultar”. Este guia turístico é da opinião que os itens previstos no projecto são “demasiado paternalistas” e que os deportados não precisam “de um babysitter”. “Sentir que estamos a ser submetidos a um teste pode aumentar ainda mais esse sentimento de rejeição”, assegura. No entanto, admite, para “os casos mais problemáticos, este projecto é necessário”. Como conta, a única razão pela qual se inscreveu no programa foi a de “querer uma bolsa para estudar turismo”. “Não preciso de nenhum apoio psicológico, porque estou bem”, assegura.

António Fernandes, que se envolveu já na própria execução do programa, considera que “esta rejeição é provocada por um equívoco de terminologia”. “Nos EUA, os chamados ‘programs’ são algo que se baseia muito nesse tal apoio psicológico”. Por esta razão, afirma, “há que explicar muito bem aos repatriados a diferença de conceitos, de forma a eles não fazerem essa associação errada e desinteressarem-se do projecto”.

Este programa de reinserção, nota, “é sobretudo uma oportunidade de formação profissional e de ajuda posterior, com a atribuição de apoios nos negócios e actividades que os repatriados quiserem fazer no futuro”.

A formação profissional dos repatriados é, de facto, o ponto forte deste programa. Durante as quatro semanas de permanência de cada grupo de deportados na colónia de férias de S. Jorginho, estes obterão formação para as áreas onde demonstrarem mais aptidões, obtendo depois um apoio continuado.

Segundo a presidente do instituto, Nilda Fernandes, “o ICS, através dos seus parceiros, vai tentar dar oportunidade aos repatriados para aprofundarem a formação profissional iniciada no campo, de serem integrados em empresas, ou até de acederem a micro-créditos”.

Dado que uma das mais-valias deste grupo de jovens é a sua fluência em inglês, esta poderá também ser aproveitada, de acordo com a presidente, “no sector hoteleiro, onde poderão ser empregados como tradutores ou guias turísticos”.

JECTO NUM IMPASSE

binete do Primeiro-Ministro, alto patrocinador do projecto.

Concluídas estão já as visitas ao Fogo e à Brava, ilhas onde se concentra o maior número de repatriados vindos dos EUA. “Na Brava e nos Mosteiros os repatriados estavam já referenciados nos gabinetes do Instituto das Comunidades, pelo que foi fácil chegar até eles. Mas em S. Filipe foi complicado porque não há nenhuma estrutura deste tipo”, conta Nilda Fernandes.

No entanto, também a Praia tem sido um terreno difícil. “Para falarmos com os repatriados temos que andar nos bairros, ou estar atentos às informações que andam de boca em boca”. Um trabalho que está a contar com a participação activa de estagiários de psicologia e sociologia da Universidade Jean Piaget.

Os dados recolhidos junto dos inscritos — que serão submetidos a uma selecção para a primeira fase do programa — estão a ser tratados por duas

equipas de psicólogos. O objectivo final deste estudo é criar um perfil fiel do repatriado cabo-verdiano.

O Projecto de Reinserção Social dos Repatriados assenta na criação de uma colónia de férias, por onde passarão, durante um ano, quatro grupos de 30 repatriados. Para além da vertente profissional, transversal a todo o projecto, os jovens frequentarão também acções de formação e sensibilização sobre temas como cidadania,

combate ao HIV/SIDA, tráfico e consumo de estupefacientes ou direitos humanos. Quatro semanas é o tempo total de permanência de cada grupo na colónia.

Esta primeira fase do projecto, que decorre até Janeiro de 2006, dirige-se especialmente aos repatriados provenientes dos EUA, “porque são os que apresentam mais problemas de adaptação e inserção”, segundo Nilda Fernandes. PMC

OBRAS DA CIRCULAR DA PRAIA ARRANCAM

Um projecto estruturante para a Capital

O arranque das obras de construção da circular da Praia vai acontecer ainda neste mês. O lançamento da primeira pedra está marcado para amanhã, 30, numa cerimónia a ser presidida por José Maria Neves. Trata-se de uma via rápida de 17 quilómetros de extensão, que está orçada em cerca de 24 milhões de euros, o equivalente a 2.6 milhões de contos. O projecto, considerado revolucionário, visa descongestionar a capital e facilitar a ligação directa desta com os subúrbios e o interior de Santiago, permitindo o transporte de pessoas e mercadorias de forma mais rápida e económica.



A capital cabo-verdiana vai ter, brevemente, mais uma infra-estrutura de peso. Trata-se da circular da Praia, cuja primeira pedra será lançada amanhã, 30, numa cerimónia a ser presidida pelo chefe do governo, José Maria Neves. O projecto será executado num período de cerca de dois anos, pela empresa portuguesa Moniz da Maia, Serra e Fortunato, mais conhecida por MSF.

Conforme o ministro das Infra-estruturas e Transportes, a obra está orçada em cerca de 24 milhões de euros, o equivalente a 2.6 milhões de contos. Um montante conseguido pelo governo através da cooperação portuguesa. A importância em causa será, segundo Manuel Inocêncio Sousa,

amortizada em 30 anos, após um período de graça de 10 anos.

A circular da Praia inclui cerca de 17 quilómetros de estrada, tipo via rápida, com duas faixas de rodagem, de três metros de largura de cada lado. A nova via terá um separador central com um metro e meio de altura, bem como passeios ao longo do seu interior e bermas.

O projecto tem como propósito fundamental melhorar, conforme o titular da pasta do MIT, o acesso à cidade da Praia e descongestionar o trânsito desta para as zonas suburbanas. Visa ainda facilitar a ligação directa do Porto e Aeroporto Internacional da Praia com o interior da ilha de Santiago. "Vai ligar vários radiais de acesso estruturantes,

com realce para a estrada que liga a cidade da Praia a S. Francisco, Interior de Santiago, Trindade e Cidade Velha".

Para a nossa fonte, escusado será dizer o impacto económico que o referido projecto terá para a cidade da Praia e a ilha de Santiago, em geral. "O projecto da circular da Praia é estruturante para a Capital cabo-verdiana. Vai permitir uma ligação rápida da Praia com todos os bairros e interior de Santiago, com uma enorme economia de tempo no transporte de pessoas e bens".

A novel infra-estrutura vai ser também, na perspectiva do governo, importante para o desenvolvimento urbano da cidade da Praia, cujas principais artérias estão sendo asfaltadas neste momento. Alirio Dias de Pina

Sexta-feira, 29 de Abril de 2005

NAP vai funcionar "brevemente"



"O Novo Aeroporto da Praia entrará em funcionamento brevemente". Quem o diz é o presidente do Conselho de Administração da ASA, Mário Paixão, ao dar entrada, na quarta-feira, 27, na Agência de Aviação Civil o processo de requerimento da certificação do novo aeroporto da Praia. Aquele administrador, que fez acompanhar o requerimento de um manual de operações aeroportuárias explicou na altura aos jornalistas que este é um "procedimento que vai regular a administração, a gestão e o funcionamento do NAP, que deverá acontecer dentro em breve".

Nas próximas semanas, a Agência de Aviação Civil e a ASA vão trabalhar em conjunto para obter a certificação do NAP. No final deste processo, aquela infra-estrutura estará em condições de "operar imediatamente". É, pois, a recta final de um trabalho que se vem arrastando desde os anos 90 e que tem originado polémicas de vária ordem e com fins mais diversos.

Mário Paixão garante que agora é para valer. O Aeroporto Internacional da Praia vai finalmente começar a funcionar, após "um processo longo, árduo, e que exigiu muito trabalho por parte da aeronáutica civil, dos técnicos da Agência de Aviação Civil e da ASA". Um trabalho tanto no "capítulo da montagem do edifício legislativo como no da elaboração dos instrumentos que vão regular o funcionamento do novo aeroporto da Praia. Foi e é um grande desafio para o sistema de avi-

ação civil cabo-verdiana, na medida em que é o primeiro processo do tipo que se desenvolve no Cabo Verde pós-independente".

Orçado no início em cerca de 31 milhões de dólares, o custo deste aeroporto ronda agora os 45 milhões de dólares, cerca de 4,5 milhões de contos. O aeroporto da Praia vai viabilizar as conexões aéreas de médio curso servindo o tráfego com a Europa, e Américas do Norte e do Sul, fora os tradicionais voos para o continente, nomeadamente Dacar e Guiné Bissau. E os voos internos, naturalmente.

No NAP poderão operar todas as aeronaves com especificações "do código de referência 4D da OACI, segundo o Plano Director do Aeroporto, nomeadamente: Boeing - B737; B767. Airbus - A310; A321. Portanto, os B757-200 que fazem parte da actual frota da TACV operarão no Novo Aeroporto da Praia, em conformidade, aliás, com o novo plano de rotas da TACV, já em preparação" afirma o PCA da ASA.

Quanto à capacidade do Hangar, diz uma nota de imprensa da ASA, permitirá a recolha da frota ATR da TACV e a hangaragem, ainda que condicionada, de um B757 ou um A310. O comprimento da pista é de 2100 metros.

Com a inauguração do novo aeroporto da Praia, o aeroporto Francisco Mendes passará a abrigar as instalações da Feira Internacional de Cabo Verde, FIC, bem como os serviços da Agência de Aviação Civil, e do Instituto das Comunicações. PM

PORTO NOVO

Câmara cancela pedidos de terreno

A Câmara do Porto Novo cancelou todos os pedidos de terrenos pendentes no gabinete técnico e começou a vender os mesmos lotes a outros interessados. Uma medida que em breve deve estender-se aos lotes já comprados, e cujos proprietários ainda não iniciaram as obras de construção.

Ao que tudo indica, poucos requerentes responderam ao aviso feito pelo gabinete técnico do Município do Porto Novo no sentido de contactarem aquele serviço e, por esse motivo, os pedidos de lotes pendentes foram cancelados. "Já começámos, inclusive, a vender estes lotes a outros interessados, na medida em que temos vários casos pendentes e foram poucas as pessoas que vieram aqui reclamar. Fizemos um aviso de que os pedidos seriam cancelados a partir do dia 23 do passado mês de Março, não houve retorno e demos sequência ao processo", explicita Anilda Delgado, directora do gabinete técnico daquele município.

Uma medida que tem por base o pressuposto de que é preciso preencher "as malhas" daquela vila, de modo a melhorar a paisagem urbana. Aliás, os técnicos do GTM já começaram também a fazer um levantamento detalhado de todos os lotes comprados e onde ainda não se iniciaram as obras, isso para fazer os donos cumprirem as normas de construção. O gabinete técnico da Câmara do Porto Novo quer assim exigir rigor no respeito dos prazos determinados para o arranque das edificações, sob pena dos mesmos lotes serem "reavidos" pelo Município e postos à disposição de quem pretende construir, de facto, naquelas zonas.

Os principais visados com esta medida são os proprietários de alguns lotes de terreno na Avenida Amílcar Cabral, considerada uma zona nobre daquela vila. "Não podemos deixar malhas por preencher na principal avenida do Porto Novo. Por isso, não devemos ser tolerantes para com aqueles que há alguns anos adquiriram terrenos na av. Amílcar Cabral, mas que ainda não começaram as obras", salienta o edil Amadeu Cruz.

Este reitera, entretanto, que nos bairros mais periféricos, designadamente em Berlim, a aplicação dessa medida não deve ser tão rigorosa. De todo o modo, mais tarde ou mais cedo têm de exigir o cumprimento das normas de construção, mesmo porque os responsáveis municipais não devem permitir uma execução desordenada dos edifícios numa vila que, no próximo mês de Setembro, poderá tornar-se a primeira cidade de Santo Antão.

De resto, nessa perspectiva da vila vir a ser cidade, a Câmara elabora vários projectos para melhorar os aspectos urbanísticos do Porto Novo. Desde logo, procura não só a forma mais adequada de gerir e expandir uma rede de esgotos à beira do colapso, como já o admitiu publicamente o responsável pelo sector do saneamento, mas também pondera a definição dos arruamentos.

As condições políticas para levar avante esses projectos foram criadas com a aprovação pela Assembleia Municipal do Porto Novo do plano de expansão urbana. Agora, a Câmara faz a engenharia financeira para pôr em prática essa determinação política e preparar o plano urbanístico.

O projecto de arquitectura para um novo edifício dos Paços do Concelho, que deverá ficar no mesmo local onde funcionava o antigo Secretariado Administrativo do Porto Novo também está a ser elaborado. Para edificar aquela sua nova sede, a Câmara conta com os montantes provenientes da alienação da pousada municipal e com a ajuda de alguns parceiros.

Enfim, a CMPN trabalha para que antes de Porto Novo ser cidade tenha uma rede de saneamento bem gerida e haja melhor nível de organização urbana. JAM



Portugal continua a ter a preferência dos estudantes

O concurso às vagas do Ensino Superior para Portugal termina hoje, 29. Devido a uma "boa experiência" do ano anterior quando antecipou a candidatura para vagas, este ano a Direcção de Formação e Qualificação dos Quadros decidiu repetir a estratégia e abrir concursos por fases. Segundo o Director-Geral do Ensino Superior e Ciência, Manuel de Carvalho, o receber as candidaturas mais cedo deu resultado, uma vez que, "pela primeira vez, conseguimos cumprir o prazo de entrega dos processos".

Quanto ao número de vagas que a cooperação portuguesa irá disponibilizar ainda não se sabe, mas estão já garantidas 31 bolsas de estudo do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), três da Fundação Calouste Gulbenkian, além de outras possíveis bolsas.

O Director-Geral do Ensino Superior e Ciência explica que a candidatura a vagas no ensino superior para Portugal, à semelhança do ano passado, começou mais cedo, tendo em conta o número de estudantes que demandam aquele país para prosseguir os seus estudos. E com "os processos que já entraram vai dar-nos a possibilidade de começar-mos a trabalhar, a introduzir os dados no sistema", diz aquele responsável.

Participam nesta primeira fase todos os estudantes que já concluíram o 3º ciclo, bem como aqueles que ainda frequentam o 12º ano. Nesta etapa que termina hoje, 29, os participantes entregam todos os documentos exigidos segundo os critérios da candidatura, excepto os certificados e o boletim com a indicação dos cursos para os que ainda estão no 12º ano.

A outra fase só começa quando termina-

rem as aulas, momento em que muitos dos candidatos ficarão a saber se estão dispensados da prova nacional. Os que conseguirem a dispensa terão até à primeira quinzena de Julho para apresentar os respectivos documentos, uma vez que os certificados normalmente são entregues nesse mês e é também nessa altura que "teremos os cursos que Portugal vai oferecer".

Segundo Manuel de Carvalho, seguindo essas etapas, até 15 de Agosto, a DFQQ conseguirá ter os processos em Portugal, de acordo com as normas do prazo de entrega dos processos. "É uma questão de gerir o tempo", adverte.

Faltam vagas e sobram vagas

Estima-se em cerca de mil os estudantes, a nível nacional, que já se dirigiram à DFQQ para participar no concurso de vagas para Portugal. O facto é que sempre há mais candidatos que vagas, o que significa que nem todos serão seleccionados. Mas há também casos de desistência entre os seleccionados, quase sempre por não gostarem dos cursos com que foram contemplados. "Sempre há candidatos que ficam sem vagas e sempre sobram vagas", diz Manuel de Carvalho, que explica: "Todos os anos recebemos cursos que não interessam ao país, e portanto sobram vagas".

Numa reunião da Comissão Paritária realizada em Portugal, a Direcção-Geral decidiu que se vai "tentar indicar os cursos prioritários para o País e também prioritários para os estudantes. Já fizemos um levantamento dos cursos que todos os anos ficam de fora, por isso vamos dizer a Portugal para nos elimi-

nar os cursos que não são aproveitados e pedir que reforcem as vagas de cursos que têm maior procura".

Já este ano a DFQQ começa a inverter a situação, dizendo quais os cursos que prefere, ao invés de serem as autoridades portuguesas a indicar os cursos que vão disponibilizar a Cabo Verde.

De acordo com o director-geral, a procura de cursos no exterior vem diminuindo, apesar de Portugal continuar a ter a preferência dos estudantes, por diversos motivos, nomeadamente a língua, o terem ali familiares e conhecidos, entre outros. Entretanto, ultimamente, dado o surgimento de vários cursos superiores nas instituições nacionais, os jovens estudantes começam a direccionar-se mais para a formação interna. E, a facilitar isso, há o facto de o pedido de candidatura para a bolsa, que acontece normalmente em Outubro, ser entregue na própria instituição de ensino onde se pretende formar.

A formação interna começa assim a ganhar peso. A tal ponto que muitos estudantes desistem da formação já iniciada no exterior para estudarem em Cabo Verde.

Bolsas externas e internas

Segundo dados da DFQQ, em 2004/2005 registam-se 692 bolseiros no grau de licenciatura e pós-graduação no estrangeiro. Para o próximo ano lectivo 2005/2006 estão já garantidas por parte da cooperação portuguesa 20 bolsas para licenciatura, 10 para pós-graduação e uma para doutoramento.

Estão previstas mais três bolsas da Funda-

ção Calouste Gulbenkian, além de outras possíveis para a pós-graduação que ainda são hipóteses, uma vez que se encontram no processo de planificação para o próximo ano lectivo. O director-geral afirma que uma das conclusões do encontro que teve com a Comissão Paritária, na semana passada, em Portugal, foi a parte portuguesa a "garantir-nos que não iriam diminuir o número de bolsas". O final de Julho é a data prevista para ter os dados concretos da Fundação Gulbenkian.

Segundo Manuel de Carvalho, a Comissão Paritária Cabo Verde e Portugal tratou, sobretudo, do apoio à formação, tendo Cabo Verde procurado obter um pacote de bolsas destinadas aos docentes do ensino superior, no âmbito de um item designado "reforço institucional ao ensino superior em Cabo Verde".

Além das bolsas oferecidas por países com os quais Cabo Verde tem relações de cooperação, o próprio governo da Cabo Verde concede bolsas para estudos no exterior, e também no país. Para a concessão das bolsas, a DFQQ leva em consideração sobretudo as prioridades do curso para o desenvolvimento do país e a situação financeira dos candidatos, entre outros requisitos.

Segundo Manuel de Carvalho ainda não está definido o número de bolsas que o governo vai disponibilizar para o ano lectivo 2005/2006. Como explica "as bolsas para o próximo ano lectivo terão que ser contempladas no Orçamento do Estado para o ano 2006, que ainda não está elaborado. Mas até ao mês de Julho teremos esse número".

Aidê Carvalho

Sexta-feira, 29 de Abril de 2005

LUTA CONTRA POBREZA EM SÃO MIGUEL/TARRAFAL

A reacção do vice-presidente face às acusações da presidente da CRP

- "As críticas são como os pombos, pois voltam sempre aos pombais" Dale Carnegie -

Relativamente à acusação feita pela Presidente da CRP São Miguel/Tarrafal publicada no vosso Jornal, *A Semana*, de 22 de Abril do corrente ano, solicito a publicação destes esclarecimentos, invocando a lei de imprensa, sobre as acusações feitas pela ainda Presidente Nair Lopes, que no meu entender interpretou mal o artigo ou a língua portuguesa.

1. Aprovámos no encontro da direcção que nenhuma associação levaria qualquer outro montante sem ter justificado o anterior, aliás esta sempre foi a filosofia da OÁSIS (ex-operador local do programa), em todo o caso consulte a Sra. Teresa (Animadora da unidade técnica) se foram ou não apresentados os justificativos do mês de Dezembro de 2004 e mais uma parte do mês de Abril de 2005 referente à construção de habitação social em Palha Carga.

2. Sra. Presidente, depois de dois anos de mandato no CRP e outros tantos na ACB, nem sequer sabe que, na ausência do presidente, segundo o estatuto de qualquer associação democrática, concretamente CRP, o presidente é substituído pelo Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos, sobretudo a nossa presidente que esteve internada alguns meses. É de salientar que foi exactamente nesta sua ausência que a CRP São Miguel/Tarrafal conseguiu obter melhores êxitos.

3. Sra. Presidente, nunca assine qualquer cheque como Presidente da CRP, aliás o próprio BCA não admitiria. Assine qualquer

sim, mas, como assinante da conta bancária da CRP, pois nesse sentido aconselho-a a consultar a acta ou peça que alguém o faça por si para saber que os assinantes dos cheques da CRP são constituídos por 2 elementos do Conselho Directivo (Presidente e Vice-Presidente) e 1 elemento da Unidade Técnica.

4. É uma aberração tamanha dizer que não precisava da Direcção para tomar decisões relativamente ao projecto de apoio à gravação de CD e aquisição de materiais musicais, num montante de 800.000\$00 (oitocentos mil escudos). Que é a presidente e tem a legitimidade para tal...um absurdo.

5. Devo-lhe esclarecer que a CRP não é composta por uma pessoa, mas sim por três órgãos e esses órgãos só funcionam em condições, se a decisão é tomada na colectividade de cada órgão. Não existem documentos que sustentam tal afirmação, Sra. Presidente.

6. Não sou contra os apoios desde que sejam discutidos e aprovados na direcção. São 800.000\$00 que dariam muito jeito noutros investimentos nesta fase, mais do que na gravação de CD e aquisição de materiais musicais. Afirmou que não apresentou a proposta porque a Direcção não iria aprovar. Isso demonstra que a Direcção tem a visão de que o momento não é oportuno, pois há projectos que priorizamos e que achamos ter maior valia, para os mais desfavorecidos. Deixou entender que não tem espírito da colectividade e nem visão de luta contra a pobreza.

1. As Associações do Concelho de São Miguel têm a consciência de que existem grupos culturais organizados e que já mostraram a sua valia nos festivais nesses dois Concelhos, caso concreto de Grupos de Batucadeiras de Achada do Monte "Sol Brilhante", Grupos musicais "Ta de terra" e outros grupos existentes, que já têm os seus projectos praticamente concluídos para a gravação de CDs mas entenderam que a CRP, neste momento, não deve fazer esse tipo de investimento porque existem pessoas que vivem em situação precária a nível habitacional, alimentação, emprego, formação entre outros e que a visão das associações centraliza fundamentalmente nessas questões.

8. Agora, com a sua afirmação, resta à Assembleia-Geral da CRP São Miguel/Tarrafal, pronunciar-se sobre essa quantia de 800.000\$00 que é da CRP e não da Presidente porque entendo que só quem tem é que dá, não se deve dar dessa forma aquilo que não lhe pertence.

9. Há mais de um mês que expirou o mandato dos órgãos da CRP. Sugiro, mais uma vez, que seja feita a eleição dos novos corpos gerentes independentemente de tudo porque sabemos que neste momento só a CRP São Miguel/Tarrafal é que ainda não enviou o PAO-2005, para se efectivar o desbloqueamento de verbas a todos os CRFs.

Calheta, 26 de Abril de 2005

O vice-presidente da CRP - Luís Mendes Barbosa

CASO CANÁRIAS

Jovens detidos regressam ao país

Dez dos 20 cabo-verdianos envolvidos no caso Canárias, regressaram esta terça-feira, 26, ao país, expatriados de Las Palmas, onde se encontravam detidos há 37 dias. Os 10 jovens, cinco rapazes e cinco meninas com idade entre os 17 e os 22 anos, todos do interior de Santiago, mais dois menores, foram surpreendidos no aeroporto de Las Palmas quando, levados por oito cabo-verdianas, tentavam embarcar para a França, num voo proveniente do Gana, com documentação falsa. As oito mulheres e as duas crianças permanecem nas Canárias, as primeiras ainda em regime de prisão preventiva, acusadas de crimes de falsificação de documentos, associação criminosa, emigração clandestina e, o que é mais grave, tráfico de seres humanos.



Nós ficámos cinco dias na cadeia comendo pão e água. Não nos deixaram sequer tomar banho nem escovar os dentes”, reclama uma das duas jovens do grupo quando abordadas por **A Semana**. “O lugar cheirava mal e dormíamos num pano estendido numa espécie de cama de pele no chão”.

As duas, ambas da Assomada, inicialmente não escondiam a sua desconfiança e só após muita insistência acederam a falar para **A Semana**. “Eu só quero chegar a casa e ver a minha família”, desabafou uma das jovens.

Mais calma, ela conta que pagou 200 contos para que a ajudassem a entrar em França. A sua (des)ventura começou no início de Março, quando saiu de Cabo Verde, sozinha, rumo ao Senegal, onde a esperava uma mulher, “não sei se cabo-verdiana ou não, mas ela falava crioulo”. Ficou então oito dias hospedada na casa da dita senhora, rumando depois para Gâmbia, onde

parou mais um dia em casa de uma outra mulher que a acompanharia às Canárias no dia seguinte. “Eu não sabia nem para onde ia, a não ser que deveria chegar à França...” assegura, e a outra colega completa: “Se soubesse que iria dar todas essas voltas, eu nunca teria saído da minha casa, deixado para trás os meus pais, minha filha de quatro anos e meus irmãos”.

A mesma lembra que saiu da Praia a 15 de Março com mais três jovens, e fizeram o mesmo percurso até o Gana, onde se encontraram com o resto do grupo, viajando depois para as Canárias, onde teria início o seu calvário. “Chegámos às Canárias acompanhados daquelas mulheres que deveriam fazer-se passar por nossas mães, eu nem sabia que tinham falsificado os meus documentos. Tomaram o meu passaporte, mas achei que era para o visto...”, afirma.

Continuando a narrativa, a menina diz que tinham já passado a fronteira e rumavam para o

avião que os deveria levar à França, quando alguns policiais se dirigiram para as líderes da comitiva. “Eu não sabia o que se passava, ficámos todos assustados...”, assegura.

De acordo com a mesma repatriada, a sua família teria pago 80 contos para que ela fosse para a Europa. A viagem de volta a casa parecia interminável, tendo saído desde domingo de las Palmas para Madrid e rumado depois para Lisboa, onde pegaram o avião para Cabo Verde. “Estamos desde o domingo sem dormir e mal comemos nos aviões. Só conseguimos comer uma refeição em condições aqui no Sal, no aeroporto”, conclui.

A outra retornada completa: “A minha oportunidade de ir à Europa já perdi, agora só quero voltar à minha vidinha de onde nunca deveria ter saído...”.

É que, de acordo com a decisão da justiça canariense, os dez cabo-verdianos ficam proi-

bidos de entrar em território europeu nos próximos cinco anos. Os dois menores ainda não puderam viajar, estando as autoridades das Canárias a investigar e a aguardar o contacto dos seus pais ou encarregados de educação.

O grupo dos retornados foi atendido no Sal pelo Instituto das Comunidades, que lhes prestou assistência e lhes ajudou a tratar do seu regresso à Praia. As passagens foram a princípio custeadas pelos próprios familiares. “No caso de algum deles não poder pagar os seus bilhetes de avião, o IC poderá auxiliar nesse aspecto”, afirmou na altura Julieta Lobo, representante daquele instituto no Sal. Entretanto, Lobo fez questão de salientar que esse apoio se deve a questões humanitárias, e não por obrigações legais, já que esses jovens não são emigrantes, nem sequer emigrantes “repatriados”, mas sim “retornados”.

Kaunda Simas

Sexta-feira, 29 de Abril de 2005



CHOCANTE

Mais do que o conteúdo da reportagem propriamente dita, o artigo “Despetalaram as flores da revolução”, publicado na edição passada de **A Semana**, tem gerado inúmeras reacções por causa da foto que ilustra o artigo. A direcção deste jornal soube, inclusive, que o Instituto Cabo-Verdiano de Menores foi abordado a esse respeito, por gente que questionou a postura de **A Semana** diante de uma imagem tão chocante, chapada na primeira página.

Entretanto, mais chocante ainda, e que por lapso não constou na edição anterior, como crédito da foto, é que ela faz parte de uma brochura, ricamente trabalhada, com que o Promex, em meados dos anos 90, promovia em feiras internacionais a imagem de Cabo Verde. A brochura, em tamanho A4, papel couchê e mais de uma centena de páginas, mostrava, entre os itens de atracção turística de Cabo Verde, dezenas de imagens de crianças, muitas nuas a saírem do mar, outras vesti-

das apenas de areia. A foto da edição anterior, por exemplo, era o destaque a abrir a parte da brochura relativa à ilha do Sal.

Ingenuidade ou ignorância, o facto é que, com um material do género - e que saiu caro aos cofres da instituição, já que foi contratado um fotógrafo estrangeiro para o efeito - foi uma instituição do Estado a dar o pontapé de saída num tipo de atracção turística a todos os tipos condenável.

Pior que isso, é que na gestão seguinte, o novo presidente seguiu na mesma via. Não conseguimos apurar se foi apenas um patrocínio ou mesmo a produção de um produto, o certo é que andou à venda, inclusive no aeroporto do Sal, cartões postais de Cabo Verde, com jovens meio vestidas de fato de mergulho a mostrarem os seios. E isso tudo feito quando a questão da pedofilia e do abuso sexual de menores já não era novidade nem em Cabo Verde.

DIREITO DE RESPOSTA

Os terrenos do Maio

Eu, Julio Cruz-Mayor Prendes, empresario de nacionalidade espanhola e con DNI 42.645.262 L, tendo tomado conhecimento do artigo publicado no semanário do passado dia 8 de Abril de 2005, sob o título, “O seu a seu dono”, artigo assinado pelo jornalista Pedro Miguel Cardoso, de forma a que seja reposta a verdade, venho, ao abrigo da lei de Imprensa, fazer saber o seguinte:

1. - Existem dois contratos de compra e venda de terrenos celebrados entre mim e a Câmara Municipal do Maio. O valor pago pelos terrenos é aquele que consta das referidas escrituras públicas.

2. - Não é nem foi minha intenção, enquanto investidor, prejudicar a população do Maio, a quem já dei mostras do meu profundo respeito e reconhecimento, intervindo na realização de empreendimentos de interesse social e efectuando importantes doações, que poderão ser comprovadas por toda a população das zonas beneficiadas demonstrando o interesse no desenvolvimento social e comunitário.

3. - Por esta razão, caso a referida compra, tenha lesado os direitos de terceiros haverá a total abertura da minha parte na busca de uma solução para procurar respeitar e harmonizar os interesses dos lesados com os meus próprios interesses, sempre

no estrito respeito pela lei, usos e costumes de Cabo Verde e pelos direitos da população do Maio em particular.

4. - No que tange à alegada concessão de 374 hectares de terreno, nunca foi por mim arrogado o direito de propriedade sobre esta parcela, ou houve tal intenção.

5. - O que existe no contrato é uma adenda segundo a qual, se reconhece a possibilidade de:

“CONCEDER A GESTÃO DAS ÁREAS VIZINHAS NOS ESTRITOS LIMITES DA LEI E NOS TERMOS E CONDIÇÕES QUE VIEREM A SER DEFINIDOS EM CONVENÇÃO ESPECÍFICA,”

6. - Da transcrição supra mencionada, creio ter ficado claro que nunca houve qualquer doação ou concessão, e o exercício de qualquer acto de gestão, a ocorrer, teria de ser nos ESTRITOS LIMITES DA LEI.

7. - Gostaria de evidenciar que, no ano passado, os meus representantes legais estiveram em Cabo Verde e foram recebidos em audiência por Sua Excelência o Ministro da Economia, entidade a quem tiveram o ensejo de expor as minhas preocupações e foi feita a entrega de um conjunto de projectos não só turísticos mas

também em benefício da melhoria da qualidade de vida das populações.

8. - Também foram feitos contactos junto ao Promex, actual Agência de Promoção de Investimentos, no intuito de obtenção do estatuto de investidor externo em Cabo Verde, estando este processo a decorrer os seus trâmites legais.

9. - Finalmente, e quanto às declarações proferidas pelo Sr. Celedónio Medina Jiménez, lamentavelmente tenho a dizer que este senhor nunca foi meu intermediário, e as relações que manteve comigo, assim como com outros empresários Canários, com quem ele se cruzou, terminaram em pleitos judiciais.

Exma. Senhora,
Creia que o meu último desejo seria prejudicar a população do Maio. Caso necessite de qualquer esclarecimento não hesite em procurar-me pois será um prazer aclarar qualquer mal entendido que possa ter origem em motivos ou interesses que não me dizem respeito.

Ciente do seu dever de informar com verdade e objectividade.

Ao seu dispor,
Julio Cruz-Mayor Prendes

O aldeamento turístico da Murdeira, no Sal, terá uma clínica de saúde. A unidade hospitalar, de iniciativa privada, actuará como complemento do hospital daquela ilha, cuja construção arranca ainda no final deste ano. O "Medical Center da Murdeira" estará já a funcionar em pleno em Janeiro do próximo ano.



Nova clínica de saúde no Sal

Anova unidade médica que está a ser construída na Murdeira é propriedade de uma sociedade por quotas da qual a empresa Turim faz parte, e que suporta integralmente os 50 mil contos da edificação desta infraestrutura hospitalar. Isso sem contar com o valor dos equipamentos, que esta empresa diz serem "de ponta", mas que "ainda não está definido", segundo Eileen Barbosa, gestora de clientes do Aldeamento Turístico da Murdeira.

O Medical Center da Murdeira funcionará em regime de ambulatório e terá como valências a clínica geral, estomatologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, medicina interna, a obstetrícia só em caso de emergência, e "muito especialmente", a ginecologia, afirma Eileen Barbosa. Ao projecto inicial serão posteriormente anexados serviços de hemodiálise e de TAC. Estas valências de especialidade completarão os serviços "necessariamente generalistas do futuro hospital do Sal", assegura.

tal do Sal", assegura.

A clínica será "particularmente orientada para situações pré e pós operatórias", nota a nossa fonte. Terá quatro camas, entre as quais uma para cuidados intensivos. Disporá ainda de uma farmácia, de um laboratório de análises clínicas e de duas salas de operações. Um serviço de urgências aberto vinte e quatro sobre vinte e quatro horas integrará também o Medical Center da Murdeira.

Serviço privado

A unidade hospitalar iniciará as suas funções como clínica privada. Uma configuração que poderá mudar, de acordo com Eileen Barbosa, "dependendo de acordos que poderão surgir com o Governo".

Uma das áreas eventualmente abrangidas por protocolos com o executivo é a do diagnóstico e a da profilaxia ao cancro do útero. Uma especialidade "que sai cara

para a para os pacientes, que poderiam, assim ter o apoio do Estado", afirma a mesma fonte.

Embora pertença ao sector privado, os preços praticados na clínica "estarão dentro das possibilidades do cidadão comum", garante a gestora de clientes. "De outra forma não faria muito sentido, porque dificultaria a viabilização económica do projecto", nota ainda.

No entanto, os turistas terão um papel preponderante na viabilização do empreendimento. Segundo a nossa interlocutora, o apoio médico aos visitantes que cheguem ao Sal, em especial aos mais idosos, é um dos principais objectivos da Turim. "Há ainda muitas pessoas da terceira idade que têm receio de vir passar férias ao Sal porque não têm garantias de assistência médica imediata e eficaz. Com a construção do hospital e deste centro "a situação poderá mudar e reflectir-se no próprio fluxo turístico", afirma.

A empresa investidora pretende também disponibilizar pacotes que incluam tratamento e hospedagem no Hotel da Murdeira. Esta opção permitirá, segundo a gestora de clientes, "a vinda de cabo-verdianos de outras partes do país, que se queiram tratar no centro, mas que não tenham onde ficar, uma vez que esta unidade de saúde funcionará em regime de ambulatório".

Nos primeiros cinco anos, o ginecologista alemão Edgar Felger será o director do Medical Center da Murdeira. A equipa médica será composta por especialistas alemães nas áreas da estomatologia, ginecologia, otorrinolaringologia e oftalmologia. Os médicos de clínica geral e medicina interna serão cabo-verdianos, assim como os técnicos de laboratório e alguns membros da equipa de enfermagem.

Eileen Barbosa vê como muito provável a requisição do Estado para a prestação de serviços médicos naquela clínica.

PMC

Sexta-feira, 29 de Abril de 2005

ORDEM DOS MÉDICOS

Vanda Azevedo quer ser bastonária



A cardiologista Vanda Maria Azevedo Correia (foto) anuncia que vai concorrer ao cargo de Bastonária da Ordem dos Médicos Cabo-Verdianos, na Assembleia-Geral que decorrerá nos dias 28 e 29 de Maio próximo, na Praia. Trata-se de uma candidatura alternativa à do bastonária cessante, Luís Leite, que admitiu, numa das edições anteriores deste jornal, concorrer a um segundo mandato. Vanda Azevedo promete dignificar a classe médica e prepará-la para os novos desafios que os tempos modernos colocam aos homens e mulheres de bata branca.

O processo de eleições na Ordem dos Médicos Cabo-Verdianos conhece novos desenvolvimentos. É que Vanda Maria Azevedo Correia já formalizou a sua candidatura ao cargo de presidente do Conselho Directivo da mesma, apresentando-se como uma alternativa ao actual bastonário e também candidato à sua própria sucessão, Luís Leite. O processo de candidatura de Vanda Azevedo, que inclui o programa de actividades e a lista concorrente para os diferentes órgãos dirigentes, deu entrada desde o dia 27, um dia antes do término do prazo para a apresentação das candidaturas.

Este jornal está em condições de avançar que a injeção de sangue novo nos corpos gerentes da Ordem é um dos desideratos da equipa encabeçada por Vanda Azevedo. É que 49% dos integrantes da mesma são médicos recém-formados. O ortotraumatologista Fernando Almeida é proposto como o vice-presidente do Conselho Directivo Nacional. Manuel Aguiar, actual delegado de Saúde em São Vicente, lidera a mesa da Assembleia-Geral, enquanto Manuel Rodrigues Boal, assessor do ministro da Saúde, e Graciano Cardoso, ortotraumatologista do HAN, são os escolhidos para comandar o Conselho da Disciplina e o Conselho Fiscal, respectivamente.

Vanda Azevedo justifica a sua candidatura a Bastonária da OMC

como uma resposta aos sucessivos apelos dos colegas nesse sentido, mas escusa-se, desde já, a assumir "protagonismos desmerecidos", além de descartar à partida qualquer ambição política. "Gostaria que ficasse claro que a minha candidatura é a de um Médico e não a de um Político. Ela insere-se num contexto em que se torna, cada vez mais, necessário trabalhar para dignificarmos a Classe Médica e a sua Ordem, tornando-as parceiras com utilidade pública e imprescindíveis, nas questões de saúde e medicina, mas, também, nas de natureza sócio-profissional. É uma candidatura para dinamizarmos a Ordem e torná-la mais aberta aos seus associados e prepará-la para fazer face a novos desafios, que os tempos modernos impõem à nossa Classe", argumenta Vanda Azevedo no documento em que especifica as "razões" da sua candidatura.

A candidata a bastonária promete, caso for eleita, trabalhar ainda para a implementação das carreiras médicas no seu todo, após as alterações necessárias, bem como tudo fazer para que as promoções e progressões aconteçam em tempo útil. "Promoverei uma maior ofensiva diplomática junto de organizações congéneres, sobretudo junto dos países da CPLP, de forma a tirar proveito das oportunidades de formação-actualização e financiamento. Transformarei as sedes da Ordem em casas mais atractivas socialmente, para os médicos e seus familiares. Procurarei, junto de parceiros nacionais e internacionais, formas de cooperação na área social, de forma a beneficiar os médicos em actividades de lazer".

Vanda Azevedo propõe-se, por outro lado, trabalhar para que os principais anseios e reivindicações dos médicos estejam sempre na ordem do dia, na perspectiva de que a agenda política só interessará à OMC se os direitos dos doentes e dos médicos estiverem em causa.

Alírio Dias de Pina